

A Voz de Angola clamando no deserto e a emergência dos ideais anticoloniais em Angola

Susan A. de Oliveira*¹

RESUMO:

O artigo tratará do surgimento dos ideais da luta anticolonial em Angola a partir da publicação de *Voz de Angola Clamando no Deserto*, tido como documento precursor da luta de libertação colonial. Em Angola, 1901, surge essa coletânea de artigos, produzidos com a participação de onze intelectuais angolanos, como resposta coletiva contra uma matéria racista publicada pela *Gazeta de Loanda*, e se torna um marco do pensamento e da luta anticolonial, antecedendo e influenciando as gerações seguintes de intelectuais e ativistas políticos.

Palavras-chave: *Voz de Angola*. Racismo. Anticolonialismo.

A superação do colonialismo e de suas consequências tem sido a grande tarefa do pensamento e do ativismo político africano desde, pelo menos, o começo do século XX até os dias atuais. Nesse sentido é relevante destacar que a escrita jornalística e literária, constituída nesse longo período, é reconhecidamente um campo de luta pela expressão do pensamento e do discurso anticolonial ao mesmo tempo em que contribuiu decisivamente para a difusão dos valores e propósitos ligados às lutas de independência e à tarefa de refundação das diferentes nações africanas após as guerras coloniais. Decorrente desse pressuposto, o meu propósito nesse artigo será abordar a questão do surgimento do discurso anticolonial em Angola, tendo como foco que a conquista do espaço jornalístico e literário, fundado por intelectuais portugueses críticos do regime colonial no final do século XIX, fora decisiva para a formação do pensamento contra-hegemônico precursor da luta anticolonial angolana.

Assim, no início do século XX, se destacava o papel decisivo do espaço jornalístico e literário na reformulação de ideias e na difusão de valores culturais nativos especialmente ligados ao registro gráfico das línguas e dos costumes bem como na escrita da história angolana. No entanto, isso se deu concomitantemente ao momento em que ocorria o aprofundamento da hegemonia europeia no continente africano, especialmente em virtude da Conferência de Berlim (1884-1885) que redefiniu as fronteiras africanas e a redistribuição do espaço continental às nações colonizadoras.

As gerações de intelectuais do final do século XIX e do início do século XX foram especialmente importantes na formação do pensamento libertário e para a luta independentista em Angola, pois com elas se constituiu o campo discursivo que iria articular as bases epistemológicas do anticolonialismo. Em função da existência desse campo discursivo, os intelectuais angolanos não só conquistaram uma posição no âmbito da produção letrada como estabeleceram uma militância política a partir da consciência de que o discurso anticolonial e a escrita eram espaços inseparáveis e que uma vez conquistados se tornariam estratégicos na luta pela dignidade e pela independência, valores que estiveram na base de fundação dos movimentos de libertação, entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse sentido, é necessário pensar, tal como diz Inocência Mata, que

[...] o que aquele tempo fornece ao presente é uma realidade discursiva cujo referente é o passado sociocultural e ideológico. Por isso, o modelo anterior não é apenas o colonial mas também o seu antítese, o anticolonial: o modelo anterior ao pós-colonial é o modelo tensionado que resulta da dialéctica luta de contrários (MATA, 2007, p.30).

Para percebermos a formulação dessa nova realidade discursiva em Angola, destaca-se que, em 1896, era criada em Angola a Associação Literária Angolense por Augusto Ferreira, Francisco Augusto Taveira, Apolinário Van-Dúnem e Manuel Augusto dos Santos. No início do século XX, essa mesma geração concebeu dois periódicos literários, o Almanach -Ensaio Literários (1901), e Luz e Crença (1902), esta idealizada e editada por Pedro da Paixão Franco, um dos principais intelectuais dessa geração que publicava textos e poemas que apregoavam ideais anticoloniais e libertários. (LARANJEIRA, 1995, p.62) Em Luz e Crença colaboraram António de Assis Júnior, um dos fundadores do romance angolano com O segredo da morta (este publicado somente em 1935, cerca de vinte anos após ter sido escrito), e Francisco Castelbranco, o autor de História de Angola (1929), que fundara o outro periódico já citado, Almanach -Ensaio Literários, esta uma publicação semestral em cujo primeiro número trazia o volume Voz de Angola Clamando no Deserto - Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais.

No entanto, a perspectiva da escrita como militância anticolonial iniciada com as gerações que viveram no final do século XIX e no início do século XX se consolidaria com a Revista Mensagem, em 1948, e notadamente com o movimento Vamos descobrir Angola de 1945, do qual participaram escritores e ativistas políticos como Mário Pinto de Andrade, António Jacinto, Agostinho Neto e Viriato da Cruz.

É justamente Viriato da Cruz quem enuncia a profunda ligação entre os ideais do grupo de Mensagem e de Vamos descobrir Angola com aqueles dos intelectuais do início do século, especialmente os autores de Vozes de Angola clamando no deserto:

Queremos reavivar o espírito combatente dos escritores e africanos do século XIX, de Fontes (José da Fontes Pereira – 1823-1891), e dos homens que compuseram A voz de Angola clamando no deserto. Os poetas devem escrever acerca dos interesses reais dos africanos e da natureza social da vida africana, sem nada concederem à sede do exotismo colonial, ao turismo intelectual e emocional do prurido e curiosidade dos europeus (CRUZ, *apud* ANDRADE, 1975, p.6).

Essa ligação apontada por Viriato da Cruz mostra que o período entre 1901 e 1948, que compreende o primeiro momento da formação do discurso anticolonial com o grupo de Voz de Angola e o movimento nacionalista de Vamos descobrir Angola, foi um período de amadurecimento intelectual que pressupõe, para atingir os objetivos nacionais coletivos, a ultrapassagem do individualismo e do isolamento. Nota-se que esse individualismo era, por outro lado, uma condição quase necessária vivida por aqueles intelectuais do final do século XIX, como o jornalista José da Fontes Pereira e Alfredo Trony, escritor (autor de Ngá Mutúri, de 1882) com notável atividade jornalística e também política como deputado por Angola. No entanto, tal individualismo muito sintomático das primeiras intervenções contra o colonialismo vai cedendo lugar à formação de um ideário coletivo que propicia, finalmente, a irrupção do grupo de Voz de Angola que se torna, então, decisivo na formação dos movimentos de luta

anticolonial dos anos 40 a 60. Parafrazeando Edward Said, seria para os intelectuais de *Voz de Angola* como que a visão inaugural do nacionalismo, a tomada de consciência de si como povo ou, por outro lado, ainda conforme Said, seria o ponto em que tornou-se necessário atentar para o momento em que os povos colonizados “tomam consciência de si mesmos como prisioneiros de sua própria terra” (SAID, 1995, p. 271).

De certo modo, é o registro dessa percepção inicial como tomada de consciência do que seria a coletividade angolana que me chamou a atenção na obra *Voz de Angola clamando no Deserto*, e é esse o ponto no qual eu vou me deter a partir de agora, pensando com e a partir de Viriato da Cruz o que é um sujeito coletivo que nesse discurso se molda e cria as raízes da cultura política angolana fundando as bases da sua nacionalidade.

Voz de Angola Clamando no Deserto, cujo subtítulo é “oferecida aos amigos da verdade pelos naturais”, ficou conhecida como sendo a primeira reação coletiva e anticolonialista angolana a um artigo de cunho abertamente colonialista e racista. Isso aconteceu no ano de 1901 e o artigo racista apócrifo intitulava-se “Contra a lei, pela grei”, publicado no jornal *A Gazeta de Loanda* de número 4. *Voz de Angola* teve uma tiragem inicial de 1.000 exemplares paga do próprio bolso pelos autores diretos e outros colaboradores, todos mantidos em anonimato. Foi publicada uma 2ª edição em 1984 pela União dos Escritores Angolanos com tiragem de 5.000 exemplares como documento dos chamados precursores da luta de libertação colonial.

Conforme registrou o jornalista e historiador Julio de Castro Lopo (LOPO, 1952 *apud* OLIVEIRA, 1985, p. 12), apenas um exemplar original teria o registro da autoria para cada artigo publicado e é dele que se tem o seguinte quadro dos autores que colaboraram em *Voz de Angola Clamando no Deserto*: Pe. António José do Nascimento, Pascoal José Martins, Francisco Castelbranco, Mário Castanheira Nunes, Saturnino de Sousa e Oliveira, Silvério Ferreira, Carlos Botelho de Vasconcelos, José Carlos de Oliveira Júnior, Eusébio Velasco Galiano, João de Almeida Campos, Apolinário Van-Dúnen. Essa coletivização das vozes em uma única *Voz de Angola* é fundamental para a percepção que se pretende dar de uma Angola unida e que é afirmada também pelas diferentes procedências dos seus autores, vindos de Golungo (norte de Angola), Benguela (oeste de Angola) e Bengo (leste de Angola) além de Luanda. E, de fato, a perspectiva discursiva dos vários autores em cada um de seus artigos será convergente sobre essa intenção de unidade (OLIVEIRA, 1985, p.12-15).

Os autores de *Voz de Angola* perseguem de perto os indícios das intenções e dos propósitos que fizeram com que um jornal como a *Gazeta de Loanda*, respeitado pela sociedade angolana naquele início de século, publicasse um texto - com argumentos extremamente ofensivos e vulgares, insultando inclusive a inteligência dos leitores - no qual o assunto tratado reduz-se ao seguinte, conforme consta na introdução do livro-protesto: “o preto não trabalha; o preto não é perfeitamente homem; pelos delitos que comete, não deve ser condenado à cadeia, basta-lhe dar palmatoadas ou deportá-lo sem figura alguma de juízo” (1984, p.14).

Nesse sumaríssimo resumo do teor do texto, e que consta reproduzido na introdução de *Voz de Angola*, nota-se que o preconceito racial manifestado na matéria incidia sobre três aspectos: a não humanidade do negro, a sua incapacidade para o trabalho e o não direito à justiça, como decorrência dos dois primeiros itens. A matéria propunha que o negro, não sendo realmente humano, sendo avesso ao trabalho e aos estudos, não teria direito a uma justiça igual à dos brancos ou, antes, a matéria propunha que os negros ficassem à margem da justiça dos brancos, sendo que, em caso de delitos cometidos, para os negros deveria ser aplicada a pena de castigos corporais enquanto que, aos brancos que cometessem o mesmo delito, caberia o simples pagamento de fiança, especialmente quando fossem os brancos que cometessem qualquer crime contra um negro.

A indignação gerada pelo conteúdo racista da matéria, que deu origem ao livro em análise, surgiu de imediato e, por si só, já justificaria a forma da resposta dada, mas o “ódio à raça” não foi a razão direta do confronto assumido pelos intelectuais angolanos nessa resposta. Lendo e comparando cada um dos artigos, entende-se que, de fato, houve três questões decisivas para a iniciativa tomada pelo grupo de responder às ofensas.

A intolerância racial demonstrada pelo anônimo autor da matéria não poderia ser vista isoladamente, mas sim como demonstração do clima hostil que se estabelecia entre os colonos europeus e os angolanos numa sociedade que se fazia cada vez mais estratificada e cindida em virtude da política administrativa colonial que, ao passo que cedia espaços aos angolanos, a uma elite nativa (crioula ou assimilada) para ocupação de postos administrativos e ligados às atividades jornalísticas, cada vez mais contribuía para a diferenciação da população entre negros, brancos e mestiços e entre os trabalhadores urbanos e os rurais. No entanto, no que tange ao conflito entre relações raciais e de trabalho, naquele momento afigurava-se que eram os colonos brancos que pareciam mais sentir a ameaça dos intelectuais nativos porque perdiam dois espaços que, para eles, eram considerados cativos: nas letras e na administração.

A imprensa, como mencionei no início desse artigo, já desde meados de 1880, era um exemplo desses espaços cativos, em que, aos poucos, angolanos e portugueses contestadores do regime colonial puderam exercer o direito de expressão. A imprensa, portanto, de um modo geral, já não era compatível com o tipo de discriminação racial veiculada em 1901 pela *Gazeta de Angola* ou por qualquer jornal que pretendesse ter credibilidade.

Nessa mesma via de entendimento, propus que a escrita (jornalística e literária) em Angola ia se tornando progressivamente um espaço de resistência, de afirmação cultural e de reflexão sobre a condição colonial, por isso o racismo e a violência propagados pelo artigo foram considerados uma afronta a toda a população angolana, e não só ao “negro boçal” a que o odioso artigo se referia.

Nesse sentido, há um registro importante e nele já se faz presente a tese independentista que seria mencionada também em outros artigos do mesmo *Voz de Angola*:

Angola teve e ainda tem filhos dignos e que pela sua ilustração, inteligência e procedimento, estão muito além da sua estofa, e é por isso que se lhe nega a instrução literária pelo receio de que eles se tornem tanto mais ilustrados quanto o são os filhos de Portugal, e não é menos verdade que entretanto a ignorância da província, por uma especulação sórdida, faz disto um grande nicho para a colocação dos afillados em detrimento do funcionalismo indígena sempre preterido, com raríssimas exceções feitas à influência de governadores justiceiros, porque Portugal não quer presenciar um movimento separatista (1984, p.97).

A matéria racista soava como uma provocação sobre o posicionamento político dessa pequena elite letrada angolana, confirmada na edição seguinte, a n. 5 da *Gazeta de Loanda*, em que o articulista reiterava (e se justificava) que, na matéria anterior, se dirigira apenas ao “negro boçal”. De fato, o discurso apostava na distância e na diferenciação entre os trabalhadores manuais (analfabetos) e os intelectuais, entre os assimilados e os não assimilados, entre os colonos e os nativos. E foi a percepção de que havia essa presunção de preconceito e hierarquia entre os angolanos que mais provocou a indignação daqueles escritores da *Voz de Angola* que se autodenominaram “naturaes de Angola”. Por isso, escreveu um deles, “é nosso empenho vingar o indígena da nota de indolente in absoluto e do labéu de destituído de senso moral”(1984, p.19)

O livro *Voz de Angola* foi considerado uma demonstração consciente de força pela intelectualidade angolana das gerações posteriores, pois demonstrava conhecimento sobre o poder da imprensa. Lê-se, por exemplo, num dos artigos: “A *Gazeta de Loanda* foi criada para arma defensiva ou ofensiva, conforme o papel que os seus redactores lhe queiram dar” (1984, p.51). E, ainda mais enfaticamente, se destaca o papel da leitura crítica do público e da escrita dos intelectuais como resposta que extrapola o próprio artigo, operando como catalisador de forças futuras:

É certamente honra demasiada que damos, respondendo ao autor do artigo de fundo publicado no n. 4 do Jornal A *Gazeta de Loanda*. E, francamente, se não fosse a idéia de que o jornal corre mundo, e que esse mundo, notando o nosso silêncio sobre um tão revoltante insulto, lançado às nossas faces, poderia qualificar-nos desfavoravelmente, o artigo ficaria sem resposta, por o autor não ser digno dela. Respondamos, portanto, e provemos assim que, não obstante vivermos sob um jugo, temos a dignidade necessária para infligir o castigo, de que um quidam qualquer se torne merecedor (1984, p.43).

Um ponto a enfatizar é que juntamente com jornalistas militantes como José das Fontes Pereira, o grupo de intelectuais de *Voz de Angola* contribuiu para que o jornalismo, a literatura e a atividade escrita em língua portuguesa fossem vistas para além de um meio de trabalho administrativo, mas também como uma atividade intelectual e política necessária na sociedade angolana, como meio de discutir e divulgar publicamente a causa independentista com os mesmos instrumentos e meios do colonizador. Além disso, o que se percebe é que o domínio da língua e simultaneamente dos elementos textuais e discursivos, advindos do contexto administrativo colonial, serviu ao propósito dos intelectuais angolanos de ver a estruturação do discurso do outro, de estabelecer as conexões com o contexto e de antever seus efeitos. Por isso, *Voz de Angola* é um documento muito próximo daquilo que Frantz Fanon discute sobre a linguagem, como uma dimensão para-outrem que o colonizado deve assumir. Para o colonizado, conforme Fanon, assumir a língua do colonizador é passar a existir para ele, é condição de ser visto, porque o que o colonizador deseja é manter o negro no lugar por ele determinado, é “fazê-lo falar ‘língua de preto’ para amarrá-lo à sua imagem, caçá-lo, aprisioná-lo, eterna vítima de uma essência, de um aparecer de que não é o responsável”(FANON, s/d, p.47,65,68).

Finalmente, destaca-se também que a matéria jornalística atingia o negro na sua dignidade como trabalhador. A esse respeito consta no primeiro artigo de *Voz de Angola*: “[...] o nosso fim é vingar a verdade ultrajada com um destemperamento sem exemplo; vamos mostrar a esses caluniadores convictos, que o preto trabalha” (1984,p.24).

E aqui sobressai o carácter coletivo da obra, que supera a autoria e a raça, e passa a considerar, propriamente, a posição de povo colonizado que se recupera na medida em que percebe as suas relações sociais. Isso se apresenta como um elemento forte a assinalar no que podemos chamar de constituição de um elemento proto-nacionalista. A autodenominação *Naturaes de Angola*, como mencionei, mesmo quando pretende ocultar os seus autores é própria de uma afirmação identitária que, ao longo dos onze artigos, vai dando consistência a uma unidade e a um sentimento de povo que se vão configurando junto com uma posição anticolonial e independentista.

A relação entre trabalho e liberdade é abordada no mesmo discurso que segue na procura de retratar a importância do trabalhador livre:

O gentio livre entrega-se ao trabalho, tanto quanto é restritamente preciso para satisfazer as suas necessidades. Ele abandona a casa e os seus, interna-se para os centros onde sabe que pode encontrar interesses; há de encontrá-lo no Lubuco colhendo a borracha, vê-lo-á na Lunda em busca do marfim, ali está na Ambaca exercendo a indústria no fabrico do charuto, ou ocupado na agricultura, ou à sombra de uma árvore copada, ensinando a leitura ao filho; o de Cazengo a Colungo-Alto amanhando dois palmos de terra, resto de seus arimos, de que os civilizadores em nome da civilização o espoliaram; nas matas procurando a indústria da abelha, a goma copal, a resina; semeando o feijão, o macunde, o milho, plantando a batata, os do Bengo, Icolo e Bengo, Dande, Quanza e outros pontos também atarefados na apanha de toda qualidade de fruta que o país produz; na cultura do algodão, da batata-doce, arroz, batata-inglesa, cana de açúcar, a mandioca que é o pão do indígena (...) Tudo que os pretos trazem à cidade para o articulista que sonha que tudo cai das nuvens espontaneamente, ou que foi o branco que o cultivou; é produto do trabalho livre (...) (1984, p.25).

Voz de Angola discute o trabalho livre como aquele que gera a cultura e a sobrevivência ao contrário do trabalho colonial. Mas, curiosamente, interpela o articulista da *Gazeta de Loanda* porque este não só ignora o papel do trabalho livre do negro na sociedade colonial, como pretende fazê-lo pensar na dimensão de sua humanidade. Para tal, constrói uma dialética irônica entre senhor e escravo ao modo hegeliano, propondo que o negro africano é aquele que assume para si, na condição de escravo, funções que só um ser humano livre poderia fazê-lo:

Quer ver o negro livre, senhor articulista? Lá muito longe trilhando as florestas, prestando serviços humanitários ao europeu, que atravessa o continente negro, guiando-o, defendendo-o das tribus inimigas, sacrificando as vezes sua vida, compartilhando com ele as agruras da viagem, instrumento inconsciente e obscuro, vai cimentando o pedestal da glória, que a Europa sábia há de conferir ao explorador com aplausos gerais, e total esquecimento do preto sem o qual, não teria levado a cabo tão arriscada empresa (1984, p.26).

Assim, pelo trecho acima, vê-se que na *Voz de Angola* um discurso que pretendia ser inicialmente uma resposta antirracista elabora-se como um pensamento que vigorosamente vai constituindo um discurso mais profundamente anti colonialista e independentista ligando o valor da cultura nativa e do povo angolano (e africano) ao lastro mais amplo das lutas anticoloniais que pretende vencer a equação baseada em dois termos falsos que se contrapõem: civilizados e primitivos (FANON, s/d, 149-154). Num dos artigos, evocando o exemplo haitiano, lê-se:

A maior parte dos chamados políticos não querem ver o indígena inteiramente civilizado; instruído e ilustrado, entregue à sua natural e inteira liberdade, regulada pelas leis, para poder trabalhar com o estímulo do seu próprio alvedrio, exprimir os seus pensamentos desafogadamente, reconhecer os seus direitos, porque o fim da política é rebaixar e assassinar o nível intelectual do indígena, para sempre haver o pretexto de preterir e praticar as mais flagrantes injustiças, e assim retardar a época da emancipação da colónia que, a nosso ver, é inevitável por mais artimanhas políticas que possam inventar, pois os acontecimentos apresentam-se pela evolução dos tempos, pois ninguém tinha pensado que os haitianos, raça negra lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francês (1984, p.27-28).

Para finalizar, destaco que esse trecho me parece decisivo na perspectiva de projetar uma posição pró-revolucionária que se pode observar juntamente com os demais aspectos anticoloniais e independentistas sugeridos nessa leitura de *Voz de Angola*, aspectos esses que tornariam esse discurso emblemático no que concerne aos valores que a imprensa e a literatura assumiram em Angola e, sobretudo, aos elementos discursivos que se propagaram durante décadas até poderem ser lidos pelas gerações efetivamente revolucionárias.

The Angola Voice Crying in the Wilderness and the emergence of the ideals of anti-colonial struggle in Angola

ABSTRACT:

This article will discuss the emergence of the ideals of anti-colonial struggle in Angola from the publication of *Angola Voice Crying in the Wilderness*, seen as a precursor document of the colonial liberation struggle. In Angola, in 1901, this collection of articles is published, produced with the participation of eleven Angolan intellectuals, as a collective response against racist material published by the *Journal of Loanda*, and it becomes a landmark of thought and anti-colonial struggle, preceding and influencing the next generations of intellectuals and political activists.

Keywords: *Angola Voice*. Racism. Anti-colonialism.

Notas Explicativas

* Professora Adjunta do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFSC.

¹ Este artigo é uma adaptação da apresentação oral da autora na mesa-redonda “A África Contemporânea” no Seminário Internacional “Um outro olhar sobre África”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em maio de 2009.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia temática de poesia africana: na noite grávida de punhais*. Vol. 1. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Orgal/Paisagem, s/d.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Coimbra: Universidade Aberta, 1995.
- MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *Revista O Marrare*, Rio de Janeiro, n.8, p.20-34, jan/jun. 2008
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. A Formação da Literatura Angolana (1851-1950). Disponível em: www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/download/40.html. Acesso em: 30 maio 2010.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- VÁRIOS. *Voz de Angola clamando no Deserto*. Lisboa: Edições 70/União dos Escritores Angolanos, 1984.

